



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 752/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1657/2014 (2 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência - FRAINT.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Thomaz Augusto Côrrea de Vasconcelos Dias, Secretário Executivo Adjunto e Ordenador de Despesas.

6- Unidade Técnica: DICAD-AM – Informação Conclusiva nº 131/2014 (fls. 254/257).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2433/2014-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 258/259)

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência. Exercício de 2013.

*Contas Regulares com ressalvas.
Determinação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta do voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em Parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar regular, com ressalvas, a Prestação de Contas do Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência – FRAINT, referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do Sr. Thomaz Augusto Corrêa de Vasconcelos Dias, Secretário Executivo Adjunto e Ordenador de Despesas, respectivamente, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, dando-se quitação ao Responsável, condicionados ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de natureza formal, de que não resultaram dano ao Erário;

9.2- Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.2.1- observe estritamente o previsto no art. 60 da Lei 4.320/64, evitando executar despesas sem prévio empenhamento;

9.2.2- observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, da determinação ora veiculada acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 752/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de dezembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1- Auditor Presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral